

## COMUNICAÇÃO DO MINISTRO AROLDO CEDRAZ

Senhor Presidente,  
Senhores Ministros,  
Senhora Procuradora-Geral,

Trago a conhecimento de Vossas Excelências as medidas adotadas pela AudBenefícios para monitorar o Acórdão 1115/2024-Plenário, de minha relatoria, em que esta Corte apreciou fiscalização efetuada com o intuito de apurar “irregularidade no âmbito do INSS, entidades sindicais, associativas e instituições bancárias, com descontos indevidos nos proventos de aposentadoria de milhões de aposentados”.

O Acórdão 1115/2024-Plenário foi prolatado na sessão de 5/6/2024. De forma diligente, em 28/6/2024, a AudBenefícios autuou o processo de monitoramento TC 016.470/2024-9, a fim de acompanhar a implantação das medidas direcionadas ao INSS na mencionada decisão. Nas datas de 23/10/2024, 16/12/2024 e 5/4/2025, a unidade proferiu instruções com exame do estágio de cumprimento das cautelares e das determinações, esclarecimento sobre exequibilidade de cada determinação e proposta de novas diligências.

Como se pode observar, ao contrário do que foi equivocadamente noticiado, esta Corte de Contas, o Relator e a Unidade Técnica se mantiveram diligentes no acompanhamento das medidas impostas ao INSS, sem qualquer paralisação em sua atuação. O monitoramento segue em análise na AudBenefícios, em estágio deveras avançado quanto ao mérito. Espero, em muito breve, trazer esse monitoramento à apreciação deste Egrégio Plenário.

Por fim, solicito que seja dada ampla publicidade a esta Comunicação, inclusive por meio de sua disponibilização na página pública do TCU na internet.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz

TCU, Sala das Sessões, em 14 de maio de 2025.

**AROLDO CEDRAZ**

**Ministro**